



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES  
PODER LEGISLATIVO

## MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – CÂMARA MUNICIPAL

**Emitente:** Auditor de Controle Interno da Câmara Municipal de Boa Esperança

**Unidade Gestora:** Câmara Municipal de Boa Esperança/ES

**Gestor responsável:** Carlos Venancio

**Exercício:** 2023

### 1. RELATÓRIO

#### 1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, a unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

#### **Código:** 1.2.2

**Ponto de Controle:** Pagamento das obrigações previdenciárias – parte patronal

**Processos Administrativos analisados:** BALFIN, NOTAEXP\_BALFIN, DEMVAP, NOTAEXP\_DEMVAP, DEMFCA, NOTAEXP\_DEMFCA, DEMCSE01; DEMCSE02;

**Base legal:** CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Lei 8.212/1991; Lei Local; Regime de competência

**Procedimento:** Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais decorrentes do plano de amortização do déficit atuarial.

**Universo do Ponto de Controle:** Não foram observados registros de atrasos de pagamento de obrigações previdenciárias – parte patronal.

#### **Código:** 1.2.3

**Ponto de controle:** Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

**PODER LEGISLATIVO**

**Processos Administrativos analisados:** BALFIN, NOTAEXP\_BALFIN, DEMVAP, NOTAEXP\_DEMVAP, DEMFCA, NOTAEXP\_DEMFCA, DEMCSE01; DEMCSE02;

**Base legal:** CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Lei 8.212/1991; Lei Local; Regime de competência

**Procedimento:** Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.

**Universo do Ponto de Controle:** Não foram observados registros de atrasos de pagamento de obrigações previdenciárias.

**Código:** 1.2.4

**Ponto de Controle:** Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias – parte servidor

**Processos Administrativos Analisados:** BALFIN, NOTAEXP\_BALFIN, DEMCSE01; DEMCSE02;

**Base Legal:** CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Lei 8.212/1991; Lei Local

**Procedimento:** Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias de servidores na folha de pagamento e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.

**Universo do Ponto de Controle:** Não foram observados registros de retenção/atrasos de pagamento de obrigações previdenciárias – parte servidor.

**Código:** 1.2.5

**Ponto de Controle:** Parcelamento de débitos previdenciários

**Processos Administrativos Analisados:** BALFIN, NOTAEXP\_BALFIN, DEMCSE01; DEMCSE02;

**Base Legal:** CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Lei 8.212/1991; Lei local; Regime de competência

**Procedimento:** Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

**PODER LEGISLATIVO**

**Universo do Ponto de Controle:** Não foram observados registros de parcelamento de débitos previdenciários.

**Código:** 1.2.8

**Ponto de Controle:** Medidas de Cobrança – Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber.

**Processos Administrativos Analisados:** BALFIN, NOTAEXP\_BALFIN, DEMVAP, NOTAEXP\_DEMVAP, DEMFCA, NOTAEXP\_DEMFCA, DEMCSE01; DEMCSE02;

**Base Legal:** LRF (LC 101/2000)

**Procedimento:** Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.

**Universo do Ponto de Controle:** Não foram observados registros de parcelamento de débitos previdenciários.

**Código:** 1.3.3

**Ponto de Controle:** Disponibilidades financeiras, depósito e aplicação em instituições financeiras oficiais

**Processos Administrativos Analisados:** TVDISP; EXTBAN;

**Base Legal:** LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º do artigo 164 da CRFB/88

**Procedimento:** Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais

**Universo do Ponto de Controle:** Banco 021 – Agência 145 = total de 01 (uma) conta bancária.

**Código:** 1.4.7

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal – limite

**Base Legal:** LC 101/2000, arts. 19 e 20.

**Procedimento:** Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.

**Universo do Ponto de Controle:** Os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF foram observados. A Despesa Total com Pessoal (DTP) da Câmara Municipal, no exercício de 2023, foi de 1,85% (um vírgula oitenta e cinco por cento) sobre a



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

**PODER LEGISLATIVO**

Receita Corrente Líquida (RCL), não ultrapassando, dessa forma, o limite de 6% (seis por cento) sobre a RCL estabelecido pelo artigo 20, III, “a”, da LRF.

**Código:** 1.4.8

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato

**Base Legal:** LC 101/2000, art. 21

**Procedimento:** Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do artigo 21 da LRF.

**Universo do Ponto de Controle:** Não foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal no exercício em análise.

**Código:** 1.4.10

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações

**Base Legal:** LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.

**Procedimento:** Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.

**Universo do Ponto de Controle:** A Despesa Total com Pessoal (DTP) da Câmara Municipal de Boa Esperança não ultrapassou o limite prudencial estabelecido pelo parágrafo único do artigo 22 da LRF, portanto não ensejou a aplicação das medidas restritivas previstas nos incisos I a V do dispositivo em questão. A DTP da Câmara Municipal, no exercício de 2023, foi de 1,85% (um vírgula oitenta e cinco por cento) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), não ultrapassando, dessa forma, o limite prudencial de 5,7% (cinco vírgula sete por cento) sobre a RCL estabelecido pelo artigo 22, parágrafo único, da LRF.

**Código:** 1.4.11

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências/medidas de contenção

**Base Legal:** LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º

**Procedimento:** Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88).



## CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

### PODER LEGISLATIVO

**Universo do Ponto de Controle:** A Despesa Total com Pessoal (DTP) da Câmara Municipal de Boa Esperança não ultrapassou o limite estabelecido pelo artigo 20, III, “a”, da LRF, portanto não ensejou a aplicação das medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF e 169, §§ 3º e 4º, da CF/88. A DTP da Câmara Municipal, no exercício de 2023, foi de 1,85% (um vírgula oitenta e cinco por cento) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), não ultrapassando, dessa forma, o limite de 6% (seis por cento) sobre a RCL estabelecido pelo artigo 20, III, “a”, da LRF. Portanto, não ultrapassado o limite máximo estabelecido pela Lei Complementar nº 101 de 2000, não se enseja a adoção das providências descritas nos parágrafos 3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal de 1988.

**Código:** 1.4.13

**Ponto de Controle:** Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento

**Base Legal:** CRFB/88, art. 29-A, § 1º.

**Procedimento:** Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.

**Universo do Ponto de Controle:** O gasto total com folha de pagamento da Câmara Municipal de Boa Esperança não ultrapassou o limite de 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício de 2023. Constatou-se que, no exercício de 2023, tal despesa com folha de pagamento foi de R\$ 1.549.365,50, o que se verifica através da DEMVAP. A despesa orçada para a Câmara Municipal, conforme a Lei Municipal nº 1.782 de 2022, Lei Orçamentária para o exercício de 2023, foi de R\$ 3.180.000,00, valor que também pode ser verificado através do Balanço Financeiro (BALFIN). Dessa forma, o gasto total com folha de pagamento no exercício de 2023 corresponde a 48,72% dos recursos recebidos a título de duodécimos, não ultrapassando, assim, os limites impostos pelo parágrafo primeiro do artigo 29-A da CRFB/88.

**Código:** 1.4.17

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação

**Base Legal:** CRFB/88, art. 29, inciso VI

**Procedimento:** Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

### PODER LEGISLATIVO

**Universo do Ponto de Controle:** O subsídio dos Vereadores atendeu, quando da sua fixação, ao disposto no artigo 29, inciso VI, alínea b, da CRFB/88 (em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais). Os Vereadores da Câmara Municipal de Boa Esperança tiveram seu subsídio estabelecido pela Lei Municipal nº 1.722 de 2020 (FIXSUB\_01). Essa lei fixou, de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, o subsídio mensal no valor de R\$ 4.915,00 para Vereadores e R\$ 5.615,00 para o Presidente da Câmara Municipal. Em 14 de abril de 2023, com a entrada em vigor da Lei Municipal nº 1.795 de 2023 (FIXSUB\_02), que realizou a revisão geral anual da remuneração dos servidores e dos subsídios dos agentes políticos do Município de Boa Esperança com fundamento no artigo 37, X, da CF/88, ficou configurada a perda de poder aquisitivo com consequente incidência de correção dos valores descritos na Lei Municipal nº 1.722 de 2020 no percentual de 7,32%, apurado pelo IPC-FIPE, sendo consolidado esse aumento através do Ato da Mesa nº 4 de 2023 (FIXSUB\_03), com efeitos retroativos até 1º de janeiro de 2023 (Ato da Mesa nº 7 de 2023 – FIXSUB\_04). Os subsídios, acrescidos, ficaram nos valores de R\$ 5.274,78 para Vereadores, e R\$ 6.026,02 para o Presidente da Câmara Municipal. Quanto ao subsídio dos Deputados Estaduais, a Lei Estadual nº 11.766 de 2022, em seu artigo 2º, trouxe um novo programa de subsídios mensais com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e com o valor fixado de R\$ 29.469,99. De 1º de abril de 2023 a 31 de janeiro de 2024, o valor, conforme o inciso II desse mesmo artigo, foi fixado na quantia de R\$ 31.238,19. Posto isto, verifica-se que o valor do subsídio fixado de 1º de janeiro de 2023 a 31 de março de 2023 para os Vereadores da Câmara Municipal de Boa Esperança corresponde a 17,89% do subsídio dos Deputados Estaduais, não ultrapassando, assim, o limite de 30% estabelecido pela CF/88. Do mesmo modo não ultrapassou o limite o subsídio do Presidente da Câmara Municipal, que correspondeu a 20,44% do subsídio dos Deputados Estaduais no período em questão. De 1º de abril de 2023 a 31 de dezembro de 2023 o valor do subsídio fixado para os Vereadores correspondeu a 16,88% do subsídio dos Deputados Estaduais, não ultrapassando, dessa forma, o limite constitucional. Da mesma maneira, no período indicado, o subsídio do Presidente da Câmara Municipal não ultrapassou o limite constitucional, correspondendo a 19,29% do subsídio dos Deputados Estaduais.

**Código:** 1.4.18

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento



## CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

### PODER LEGISLATIVO

**Base Legal:** CRFB/88, art. 29, inciso VI

**Procedimento:** Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.

**Universo do Ponto de Controle:** O pagamento dos subsídios aos Vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, alínea *b*, da CRFB/88. Para o Exercício de 2023, em decorrência da revisão dos valores dos subsídios dos agentes políticos pela Lei Municipal nº 1.795 de 2023 (FIXSUB\_02), consolidada pelo Ato da Mesa nº 4 de 2023 (FIXSUB\_03), o subsídio mensal dos Vereadores ficou fixado na quantia de R\$ 5.274,78, e o do Presidente da Câmara, na quantia de R\$ 6.026,02. A Lei Estadual nº 11.766 de 2022, no período de 01/01/2023 a 31/03/2023, fixou o subsídio dos Deputados Estaduais em R\$ 29.469,99, sendo que os valores da Câmara Municipal, relativos aos Vereadores e ao Presidente da Câmara, equivalem, respectivamente, a 17,89% e 20,44% dessa quantia. De 01/04/2023 a 31/12/2023, com o aumento do subsídio dos Deputados Estaduais para R\$ 31.238,19, essas porcentagens foram reduzidas, respectivamente, para 16,88% e 19,29%. O pagamento dos Vereadores, conforme se extrai dos Extratos Consolidados da Folha de Pagamento do exercício de 2023, observadas as alterações promovidas pelo Ato da Mesa nº 7 de 2023 (FIXSUB\_04) referente aos valores retroativos, obedeceu a quantia fixada pela legislação municipal e, conseqüentemente, respeitou os limites máximos estabelecidos pelo dispositivo constitucional.

**Código:** 1.4.19

**Ponto de Controle:** Poder Legislativo Municipal – Despesas com pessoal – remuneração vereadores

**Base Legal:** CRFB/88, art. 29, inciso VII

**Procedimento:** Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.

**Universo do Ponto de Controle:** O total da Receita informado pelo artigo 2º da Lei nº 1.782 de 2022 (Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023) foi de R\$ 84.195.766,77, valor que pode ser constatado no RELGES. Aplicado o percentual de 5% sobre esse valor (artigo 29, inciso VII, da Constituição Federal de 1988) é obtido o valor de R\$ 4.209.788,33. O valor referente ao total da despesa com subsídios, que se extrai do BALVER-ANUAL, é de R\$ 578.691,12. Dessa forma, o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não ultrapassou o limite estabelecido pelo artigo 29, inciso VII, da CRFB/88.





CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES  
**PODER LEGISLATIVO**

**Código:** 1.4.20

**Ponto de Controle:** Poder Legislativo Municipal – despesa total cumprimento dos percentuais definidos no caput do art. 29-A da CRFB/88

**Base Legal:** CRFB/88, art. 29-A

**Procedimento:** Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior

**Universo do Ponto de Controle:** O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores (FIXSUB\_01, FIXSUB\_02, FIXSUB\_03, FIXSUB\_04) e excluídos os gastos com inativos (BALFIN, DEMVAP), não ultrapassou o percentual de 7% definido no inciso I, do Art. 29-A, da CRFB/88, conforme demonstrado na documentação apresentada referente ao exercício de 2023, dos itens que compõem a folha de pagamento (subsídios, vencimentos, salários e férias). Portanto, a Câmara Municipal não ultrapassou o percentual de 7% definido no Art. 29-A, da CRFB/88.

**Código:** 2.2.13

**Ponto de Controle:** Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura

**Base Legal:** CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64

**Procedimento:** Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

**Universo do Ponto de Controle:** Não houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, o que se verifica do Demonstrativo de Créditos Adicionais (DEMCAD) do exercício de 2023. Há, também, autorização contida no artigo 4º da Lei Municipal nº 1.782 de 2023 (LOA 2023).

**Código:** 2.6.3

**Ponto de Controle:** Pessoal – contratação por tempo determinado

**Base Legal:** CRFB/88, art. 37, inciso IX.

**Procedimento:** Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.





CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

**PODER LEGISLATIVO**

**Universo do Ponto de Controle:** Não foram realizadas contratações que se destinam ao atendimento de necessidade temporária e excepcional interesse público pela Câmara Municipal no exercício de 2023.

**Código:** 2.6.4

**Ponto de Controle:** Pessoal – teto

**Base Legal:** CRFB/88, art. 37, inciso XI.

**Procedimento:** Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.

**Universo do Ponto de Controle:** O teto remuneratório dos servidores públicos vinculados à Câmara Municipal de Boa Esperança obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988. Após a revisão dos subsídios dos agentes políticos pela Lei Municipal nº 1.795 de 2023 (FIXSUB\_02), com correção na porcentagem de 7,32%, apurado pelo IPC-FIPE e, conseqüentemente, atualização dos valores fixados pela Lei Municipal nº 1.723 de 2020, o valor do subsídio mensal do Prefeito Municipal ficou estabelecido em R\$ 11.268,60 (Decreto Municipal nº 8.427/2023 – LEIPESS\_06) para o exercício de 2023. Esse valor, que se tornou o limite de teto remuneratório na esfera municipal, não foi ultrapassado pelo teto remuneratório dos servidores da Câmara Municipal (LEIPESS\_05, LEIPESS\_07).

## **1.2 CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES**

A Controladoria Interna constata que não foram encontradas irregularidades nos itens selecionados para análise relativos ao exercício de 2023.

Não foram apresentadas proposições ao gestor ante a ausência de registro de irregularidades, entretanto, foram reforçadas medidas para o desenvolvimento do Sistema de Controle Interno.

## **1.3 DA IMPOSSIBILIDADE DA ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS**

É importante que sejam esclarecidas, a princípio, questões que prejudiquem a análise da Prestação da Contas pela Unidade de Controle Interno.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

### PODER LEGISLATIVO

Extrai-se do artigo 105 e seguintes do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Espírito Santo (RITCEES) e da Instrução Normativa nº 68 de 2020 que a Prestação de Contas Anual é composta por demonstrações contábeis e demonstrações financeiras exigidas em lei, e outros demonstrativos definidos em ato normativo específico, que buscam indicar a boa e regular aplicação dos recursos públicos, e observância dos princípios fundamentais de contabilidade e outros dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à Administração Pública.

Essa e demais peças e documentos integram a referida PCA, constituindo-se nas contas do órgão.

A IN 68/2020, em sua Tabela Referencial 1, elenca os pontos de controle predefinidos pelo Tribunal e que devem ser objeto de análise pelo Controle Interno. Nesse contexto, e sem dúvidas, os principais pontos referem-se à análise de consistência dos dados encaminhados pelo responsável e evidenciados nos balanços e demonstrativos contábeis.

A análise de demonstrativos contábeis é atividade típica e exclusiva dos profissionais com formação acadêmica em Ciências Contábeis e devidamente inscritos nos Conselhos Regionais de Contabilidade. Dessa forma o exercício das atividades contábeis, sem os requisitos supramencionados configurará crime de exercício ilegal de profissão.

Este Auditor de Controle Interno possui formação acadêmica compatível com o cargo que exerce, qual seja, bacharelado em Direito, mas não possui graduação em Ciências Contábeis, e consequentemente, também não possui inscrição no CRC/ES. Dessa forma, não é possível analisar os demonstrativos contábeis e demais documentos que demandam conhecimento técnico da área contábil.

#### **1.4 PONTOS DE CONTROLE DA TABELA REFERENCIAL 1, CONSTANTES DA IN TC Nº 68/2020, NÃO SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO**

Quanto aos pontos de controle sugeridos para avaliação, por meio de auditoria ou de análises de conformidade, constantes da Tabela Referencial 1 da IN TC nº 68/2020, apenas os pontos que estão elencados na tabela de que trata o item 1.1 foram selecionados pela auditoria interna.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES  
PODER LEGISLATIVO

## 2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do **Sr. Carlos Venancio**, gestor da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES, relativa ao exercício de 2023, com o objetivo de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do Município;
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Em nossa opinião as demonstrações e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame representam **regulares** a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal, bem como, a prática de atos de gestão, no exercício a que se refere, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

### 2.1 RESSALVAS

A Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES para o Exercício de 2023 foi recebida pela Controladoria Interna na data de 26 de março de 2024, através do e-mail [controladoria@boaesperanca.es.leg.br](mailto:controladoria@boaesperanca.es.leg.br).

Durante exercício de 2023, a Controladoria Interna da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES manteve apenas 01 (um) servidor efetivo em sua estrutura.

Quantidade	Cargo	Formação
01	Auditor de Controle Interno	Direito



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

**PODER LEGISLATIVO**

Diante da estrutura atual do Controle Interno, não há capacidade técnica e habilitação profissional contábil para a apreciação e comprovação da exatidão dos registros contábeis. Assim, não é possível exarar opiniões acerca das demonstrações contábeis.

Boa Esperança/ES, 28 de março de 2024.

**Carlos Henrique Turini Gomes**

**Auditor de Controle Interno da Câmara Municipal de Boa Esperança – ES**